

Cúpula defende visão integral da dívida

Reuters

Punta Del Este (Uruguai) — Os presidentes do Brasil, Argentina, Colômbia, México, Peru, Uruguai e Venezuela, ao final de uma reunião de cúpula de três dias, no balneário de Punta Del Este, divulgaram ontem a **Declaração do Uruguai**, na qual pedem a seus ministros de economia uma definição de objetivos para reduzir a dívida externa de seus respectivos países.

Na declaração, os sete chefes de Estado afirmaram que "se esgotou a etapa do tratamento isolado de cada um dos problemas que afetam seus países", identificando esses problemas como "a dívida, a insuficiência de financiamento para o desenvolvimento e outros de igual importância".

"É indispensável procurar um tratamento integral para estes problemas", disseram.

"Resolvemos convocar uma reunião de ministros de finanças, que se realizará antes do final do ano, no Rio de Janeiro", informaram os presidentes na declaração.

Entre os principais tópicos dessa reunião aparece a menção a uma definição de objetivos "em matéria de redução da dívida externa, bem como a apresentação de planos para sua instrumentação".

Os presidentes também propuseram a criação de mecanismos multilaterais que respondam a estes objetivos, e a revisão de normas bancárias e fiscais que representam "obstáculos à redução da dívida por parte dos bancos credores".

A dívida externa da América Latina chega a 410 bilhões de dólares. Os sete países que participaram da reunião de cúpula, juntos, somam cerca de 350 bilhões de dólares dessa dívida, ou 83 por cento do total.

"Em função das necessidades de desenvolvimento e dos objetivos do compromisso de Acapulco, os ministros deverão trocar experiências em torno do processo de ajuste do mecanismo", disseram os sete chefes de Estado.

A primeira reunião de cúpula desses sete países — que integram o chamado grupo dos Oito, ao lado do Panamá (suspenso desde fevereiro passado devido à derrubada de seu presidente, Eric Arturo De Valle) — foi realizada em novembro de 1987, no balneário mexicano de Acapulco.

Comércio

Ainda em sua declaração, os presidentes acrescentaram que

"sobre as bases desta análise os ministros deverão fazer recomendações sobre o papel dos organismos financeiros multilaterais".

"Dado o vínculo entre a dívida, as finanças e o comércio, os ministros deverão promover mecanismos inovadores para resolver, em um marco de cooperação, o problema da dívida interlatino-americana, a fim de promover a expansão do comércio e a integração econômica regional", disseram os presidentes.

Os chefes de Estado também recomendaram aos seus ministros o exame do papel dos mecanismos financeiros regionais, em apoio ao processo de integração".

No capítulo dedicado à política, os presidentes afirmaram: "É nossa intenção iniciar um novo diálogo com as nações industrializadas, na busca de um sistema de relações internacionais mais equitativo".

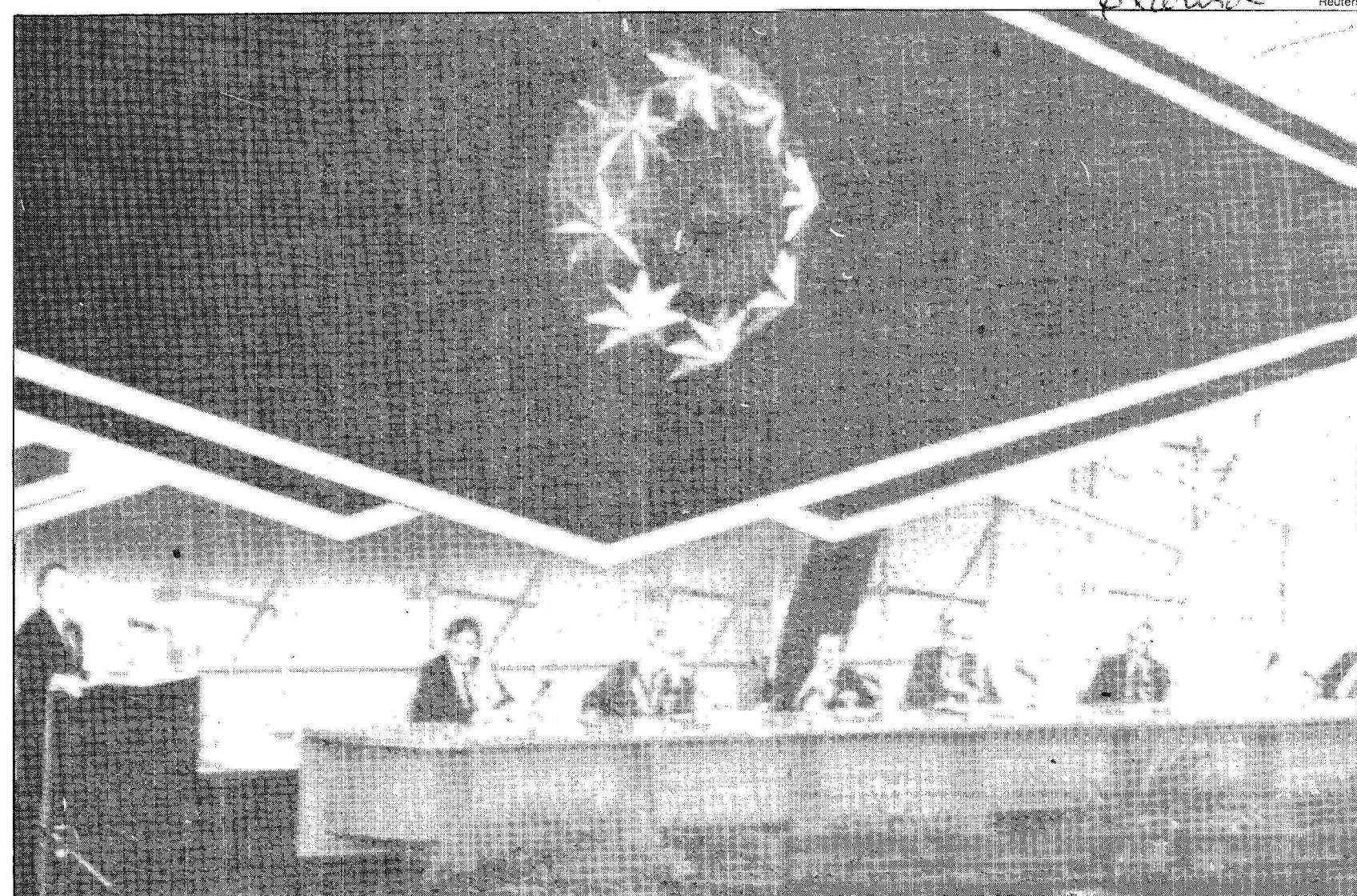
EUA

"As relações entre a América Latina e os Estados Unidos passam por uma etapa de desafios, que exige o exercício de uma renovada capacidade política e de uma vontade firme de entendimento. Diferenças de interesses e percepções não têm permitido aproveitar cabalmente as oportunidades para uma cooperação ampla e equitativa", afirmaram.

No capítulo dedicado à segurança nacional, os sete presidentes identificaram dois problemas: a situação na América Central e o tráfico de drogas.

Em relação à América Central, a declaração diz: "É necessário buscar novas vias de negociação que comprometam a vontade política dos governos em conflito, aproveitando a experiência e o marco institucional da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos".

Quanto ao tráfico de drogas, os presidentes afirmaram: "Concordamos em ajustar nossas posições com a finalidade de permitir que as negociações que se realizam para a assinatura de uma convenção internacional contra o tráfico de estupefacientes culminem na aprovação de um instrumento jurídico eficaz, que permita combater por igual e de forma simultânea as atividades do consumo, a produção e o tráfico ilícitos, e que ajude a preservar a segurança e os legítimos interesses de nossos países".



Miguel de la Madrid, presidente do México, fala no encerramento da reunião de cúpula do Grupo dos 8, em Punta del Este